



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,41% São Paulo	145.517 1/10 2/10 3/10 6/10	R\$ 5,310 (- 0,49%)	30/setembro 5,323 1/outubro 5,328 2/outubro 5,339 3/outubro 5,336	R\$ 6,219	14,91%	14,90%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

REFORMA ADMINISTRATIVA

Pedro Paulo critica teletrabalho no exterior

Relator do grupo de trabalho que traz mudanças na administração pública afirma que home office não pode ser privilégio

» WAL LIMA

O teletrabalho no serviço público entrou no centro da disputa em torno da Reforma Administrativa para o relator Pedro Paulo (PSD-RJ), que defende a imposição de limites rígidos para conter distorções em órgãos públicos que, segundo ele, contam com até 80% do funcionamento em home office com pessoas trabalhando do exterior e de outros estados.

“É preciso disciplinar teletrabalho. Ele veio para melhorar a produtividade, não para virar privilégio de uma pequena elite do serviço público”, afirmou ele ao **Correio**. “O mundo está discutindo restrições, abusos que foram cometidos, modelos de acompanhamento. O caso recente do Itaú mostrou, com dados, que o teletrabalho, em sua maioria, estava gerando baixa produtividade. No setor público, onde as métricas são mais frágeis, isso é ainda mais preocupante”, reforçou.

Atualmente, 84,2 mil servidores federais atuam em home office — 40,8% em regime integral, 58,8% de forma híbrida e 0,3% até mesmo fora do país, segundo dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI). O modelo, que ganhou força na pandemia, é apontado por técnicos como ferramenta de eficiência, mas vem sendo alvo de críticas por falta de padronização, risco de abusos e impacto desigual entre carreiras.

De acordo com o texto em elaboração, cada órgão poderá manter, no máximo, 20% de seu quadro em regime remoto, restrito a um dia por semana por servidor. Exceções dependeriam de justificativa específica, como no caso de mães em situação

Ed Alves/CB/D.A Press



Relatada da proposta na Câmara, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) diz que, sem regras claras, a reforma abre brechas para judicialização

atípica. O modelo, segundo Pedro Paulo, tem como referência regras aplicadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Uma vez por semana, não pode ser segunda ou sexta, e no máximo 20% da força de trabalho. É absolutamente razoável, porque diferente disso é moleza”, disse.

Temor

Entre os servidores, o clima é de apreensão. Um técnico de nível

superior de um órgão de Brasília, que pediu para não ser identificado, afirma que a padronização ignora realidades distintas. “Colocar um limite fixo de 20% sem olhar para as características de cada órgão é forçar um retorno desnecessário. No meu setor, por exemplo, todo o trabalho é digitalizado e os resultados são mensuráveis. Voltar ao presencial só aumentaria custos com manutenção e deslocamento, sem ganho real de produtividade”, disse ao **Correio**. O tema também levanta debates

na esfera legal. Para a advogada Viviane Queiroz, especialista em Direito Público, a fixação de cotas rígidas pode esbarrar em questionamentos constitucionais. “A uniformização conflita com a autonomia organizacional e exige critérios objetivos de avaliação de desempenho, regras de exceção e mecanismos de fiscalização transparentes”, avalia.

Ela destaca ainda a necessidade de regulamentar pontos práticos, como segurança da informação, responsabilidades por equipamentos,

reembolso de despesas e critérios para concessão de exceções. “Sem normas claras, a reforma pode abrir espaço para arbitrariedades e judicialização”, completou.

O Grupo de Trabalho que elaborou a reforma estruturou quatro eixos: Estratégia, governança e gestão; Transformação digital; Profissionalização; e Extinção de privilégios. A expectativa do relator é apresentar o texto nas próximas semanas, após concluir um “roadshow” com as bancadas.

Reunião com Fachin

Pontos da reforma administrativa relacionados ao Poder Judiciário serão assunto da reunião, hoje, entre o relator da proposta de reforma na Câmara, Pedro Paulo (PSD-RJ), e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. O encontro ocorre após o ministro ter feito duras críticas a qualquer tentativa de reforma que, segundo ele, possa “tolher a autonomia e a independência da magistratura”.

Na semana passada, durante o Congresso Brasileiro da Magistratura, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em Foz do Iguaçu (PR), Fachin afirmou que o Judiciário não aceitará alterações que afetem suas prerrogativas. “Ninguém pense que fará por cima do Judiciário uma reforma contra o Poder Judiciário brasileiro. Não permitiremos e estarei vigilante para que haja respeito à magistratura. Não concordamos com circunstâncias eventualmente abusivas, mas é fundamental que todos os Poderes sejam chamados”, declarou o ministro, sendo aplaudido pela plateia de juízes.

A proposta em debate na Câmara prevê o fim dos supersalários, a proibição de pagamentos acima do teto constitucional — atualmente em R\$ 46,4 mil, equivalente ao salário de um ministro do STF —, e a limitação da criação de verbas indenizatórias que inflacionam os contracheques do funcionalismo. Também extingue as férias de 60 dias e a aposentadoria compulsória como forma de punição a magistrados e procuradores, permitindo a demissão por processo administrativo disciplinar conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Magistrados veem risco de afronta à Constituição. O texto constitucional assegura a vitaliciedade dos cargos e impede a demissão de juízes, salvo por decisão judicial transitada em julgado. Há também questionamentos sobre a competência do Congresso para alterar regras disciplinares do Judiciário sem iniciativa do próprio STF.

Governo estuda mudar Programa de Alimentação do Trabalhador

» ANDREI MEGRE

O governo federal estuda uma ampla reforma no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que garante o vale-refeição e vale-alimentação, visando modernizá-lo. Por outro lado, entidades trabalhistas temem que a reformulação traga insegurança no benefício.

No próximo ano, o programa completa 50 anos. Ele foi

instituído em 1976 para incentivar que as empresas ofereçam benefícios alimentares aos trabalhadores. Inicialmente, a proposta estava estritamente vinculada à oferta de refeições nos locais de trabalho, mas hoje o programa inclui principalmente a concessão de auxílios, como vale-alimentação ou vale-refeição.

Conforme o Projeto de Lei nº 6.321/1976, os beneficiários podem

arcar com até 20% do valor recebido. Em troca, as organizações conseguem amortizar parte dos gastos com o Imposto de Renda.

Segundo dados do governo, o PAT atende mais de 21,5 milhões de brasileiros, dos quais 86% recebem até cinco salários mínimos. Cerca de 300 mil empresas estão inscritas no programa em todo o Brasil.

O ministro do Trabalho e Emprego do governo Lula (PT),

Luiz Marinho, afirmou que ele e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretendem anunciar ainda em outubro as mudanças no PAT.

Empregadores e trabalhadores avaliam que o PAT precisa se atualizar para se adequar aos novos tempos e facilitar processos. As principais críticas ao modelo atual envolvem as altas taxas cobradas pelas operadoras dos

cartões de alimentação e a restrição do uso a um número limitado de estabelecimentos.

“Já perdemos tantos direitos trabalhistas ao longo dos últimos anos, e o PAT é algo fundamental, que a gente não pode pensar. Como tudo, tem que se modernizar, tem que acompanhar o tempo”, comenta Marcelo Rodrigues, dirigente da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

MINERAÇÃO

Impacto do mercúrio na extração do ouro

» GIOVANNA SFALSIN

Apesar de já ter sido eliminado em diversos setores e produtos devido à alta toxicidade, o mercúrio ainda é amplamente utilizado na extração de ouro no Brasil, causando sérios impactos ao meio ambiente e à saúde de milhares de pessoas. Para debater soluções e caminhos possíveis, o **Correio Braziliense**, em parceria com o Instituto Escolhas, promove nesta terça-feira (7/10) o evento “Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração do ouro”, a partir das 8h30, no auditório

do jornal, com transmissão ao vivo pelo canal do **Correio** no YouTube.

A abertura será conduzida pelo presidente do **Correio**, Guilherme Machado, e pelo diretor-executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão. Também participam Eloy Terena, secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), e Jair Schmitt, diretor da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama (Dipro).

A programação inclui dois painéis. O primeiro, Controles sobre o uso do mercúrio: desafios e perspectivas, contará com Renato Madson Arruda, diretor da Amazônia e Meio

freepik



Ambiente Substituto; o deputado federal e ambientalista Nilto Tatto; Larissa Rodrigues, diretora do Instituto Escolhas; e Giorgio de Tomi, professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador técnico do

Projeto Ouro Sem Mercúrio.

Já o segundo painel, Alternativas ao uso do mercúrio: para onde vamos?, terá a participação de Larissa Rodrigues; Gilson Camboim, presidente da Federação das

Cooperativas de Mineração do Estado do Mato Grosso - Fecomn; Eduardo Gama, diretor de operações da Certimine; e Elena Crespo, professora titular da Universidade Federal do Pará e coordenadora do

Mineração será tema de debate, hoje, no auditório do Correio

Instituto Amazônico do Mercúrio.

Além dos debates, a manhã contará com palestras de especialistas internacionais e autoridades do governo brasileiro. Entre os keynote speakers confirmados, estão: Julevânia Olegário, diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia; Thaianne Resende, diretora do Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e Miguel Castro, ponto focal regional para América Latina e Caribe do Centro CER da OCDE.